



**EMPRESA MUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PORTO, E.M.,  
S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS  
2018**

PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO  
4049-001 PORTO  
NIPC 514280956

*h*  
*Anelli*

# ÍNDICE

CONTEÚDO	PÁGINA
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	6
2. GOVERNANÇA .....	9
2.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL .....	9
2.2. FONTES DE RECEITA .....	9
2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS .....	10
2.3.1. MISSÃO .....	10
2.3.2. VISÃO .....	10
2.3.3. VALORES .....	10
2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	10
3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	12
3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	12
3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	12
3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2018.....	13
3.2. PERSPETIVAS PARA 2019 .....	16
3.2.1. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	16
3.2.2. ECONOMIA PORTUGUESA .....	17
3.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS .....	17
3.4. ATIVIDADES EM 2018 .....	19
3.5. OPERAÇÃO.....	20
3.5.1. EVOLUÇÃO DA INTERNALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES (PHASE OUT) E RESPETIVA ILUSTRAÇÃO .....	20
3.5.2. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO .....	21
3.6. METAS DE RECOLHA SELETIVA.....	23
3.7. SENSIBILIZAÇÃO .....	23
3.8. RECURSOS HUMANOS.....	23
3.8.1. CRESCIMENTO ORGÂNICO .....	23
3.8.2. ABSENTISMO .....	24
3.8.3. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO .....	25
3.9. ECOLINHA.....	25
3.10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	27
3.11. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2018 .....	28
3.12. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2018 .....	29
3.13. ENDIVIDAMENTO .....	29
3.14. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO.....	29
3.15. PERSPETIVAS FUTURAS .....	30
3.16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	30
3.17. EVENTOS POSTERIORES .....	30
3.18. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS .....	30
3.18.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS: .....	30
3.18.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE: .....	31

4  
  
 hole

3.18.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES:

31

3.18.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS: .....	31
3.18.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL: .....	31
4. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	33
5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	34
6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	35
7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	37
8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	39
NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	39
NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39
NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	41
NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA.....	51
NOTA 5 – PARTES RELACIONADAS.....	51
NOTA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS .....	52
NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	53
NOTA 8 – LOCAÇÕES.....	54
NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS.....	55
NOTA 10 – INVENTÁRIOS .....	56
NOTA 11 – RÉDITO.....	57
NOTA 12 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	58
NOTA 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	58
NOTA 14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO .....	59
NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	59
NOTA 16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES .....	60
9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATIVA AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	66
10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	69
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71



Handwritten signature in blue ink.

# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2018, a evolução da **PORTOAMBIENTE** veio materializar a visão do Município na profissionalização das atividades de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, fomentando uma cultura própria, com uma identidade orientada para a execução daquelas atividades de uma forma dinâmica, proativa, focada na satisfação das necessidades do Município e sem descurar o equilíbrio da sustentabilidade económica das operações ou a qualidade dos serviços prestados.

Em termos operacionais, o foco de 2018 verificou-se no início da implementação de um conjunto de ações que, acreditamos serem o caminho para os objetivos supramencionados, das quais, em conjunto com aspetos particulares da operação do ano, consideramos pertinente divulgar em seguida:

- Em janeiro do corrente ano, a **PORTOAMBIENTE** iniciou o processo de internalização da recolha de resíduos (indiferenciados e seletivos) que se encontrava até então a ser realizada diretamente pelo Município do Porto. A partir do início do mês de fevereiro, este foi estendido às concessões que operavam na cidade (processo este denominado de *phase-out*). O conjunto de alterações e evoluções concretizadas, possibilitou com que, até ao final do mês de junho, a Porto Ambiente passasse a assumir de forma direta a recolha da totalidade dos resíduos da cidade;
- Iniciou-se a fase de organização, preparação, planeamento e execução do projeto de recolha seletiva Porta-a-porta residencial, o qual verificou o seu início nos primeiros dias do terceiro trimestre;
- Reformulação do serviço “ecolinha”, com reforço das equipas de trabalho e ferramentas informáticas de suporte;
- Definição de equipas de trabalho especialmente dedicadas a missões específicas com vista à melhoria do serviço da Limpeza do Espaço Público e da qualidade de vida da cidade, em concreto:
  - Limpeza de grafitis;
  - Sensibilização;
- Obtenção favorável de visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito do procedimento pré-contratual para a “Prestação de Serviços de Limpeza Pública no Município do Porto”, cujo tipo de procedimento foi o Concurso Público Internacional, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia. No seguimento, deu-se início em 11 de agosto de 2018 a um novo contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Pública no Município do Porto, o qual terá a duração de 4 anos.
- Ao nível da atividade de Gestão de resíduos urbanos, o ano de 2018 registou novo crescimento das quantidades totais (6 mil toneladas representativo de 4%), sendo de destacar a formação do *mix* das mesmas (i) Resíduos indiferenciados - 2,5 mil toneladas representativas de 2%, e (ii) Resíduos seletivos – 3,5 mil toneladas representativas de 14%.



Para efeitos da análise da execução orçamental, tomou-se como referência os instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2018, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 20 de novembro de 2017.

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2018, o Resultado líquido ascende a 195 255 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 93% dos Gastos e de 94 % dos Rendimentos, conforme ilustrado nas secções seguintes.

Face ao facto de a Empresa ter sido constituída em fevereiro de 2017 e assim como a atividade apenas ter sido, em substância, transferida para a Empresa em meados de dezembro de 2017, a informação comparativa poderá, na generalidade dos casos, não se poder considerar comparável ou manifestamente suficiente.


É ambição do Conselho de Administração que a **PORTOAMBIENTE** seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **PORTOAMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

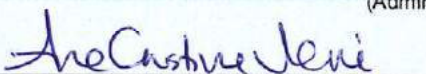
O Conselho de Administração



Artur Jorge Silva de Sousa Basto  
(Presidente)



Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção  
(Administrador Executivo)



Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva  
(Administrador não Executivo)

51  
Adele

# GOVERNANÇA





## 2. GOVERNANÇA

A atividade da **PORTOAMBIENTE**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

### 2.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A **PORTOAMBIENTE** é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o PAPERSU, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020;
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;
- e) Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

### 2.2. FONTES DE RECEITA

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, em substância, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;

- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários, tendo como meta o ano de 2020 como o primeiro ano em que se prevê que o sistema de gestão de resíduos tenha uma cobertura total dos custos;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

### 2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O processo de planeamento estratégico da empresa **PORTOAMBIENTE**, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores seguidamente descritos:

#### 2.3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.

#### 2.3.2. VISÃO

A **PORTOAMBIENTE** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

#### 2.3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.
- Respeito e valorização do ambiente
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Integridade
- Inovação
- Transparência
- Rigor
- Responsabilidade

#### 2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgão	Função	Nome
Assembleia-Geral	Representante do Município	Maria Helena Vilasboas Tavares
	Presidente da mesa	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Secretário	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração	Presidente da mesa	Artur Jorge Silva de Sousa Basto
	Administrador executivo	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Administrador não executivo	Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso



# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais, nomeadamente da Lei 50/2012 de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14º dos estatutos da **PORTOAMBIENTE**, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2018.

#### 3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### 3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

A atividade económica e o comércio mundiais aceleraram em 2017, registando crescimentos de 3,7% e 5,2%, respetivamente. Na primeira metade de 2018, registou-se um abrandamento da atividade económica mundial, sendo expectável, no entanto, que o ritmo de crescimento da economia mundial se mantenha em 2018 e 2019. O comércio mundial deverá desacelerar nestes dois anos, embora se mantenha relativamente dinâmico (crescimento previsto pelo FMI de 4,2% e 4%, respetivamente).

Em 2017, a economia da área do euro cresceu ao ritmo mais elevado desde 2008 (2,4%). Em 2018, perspetiva-se uma desaceleração do crescimento para 2% e, em 2019, para 1,9%. Esta trajetória deverá ser influenciada pela desaceleração das exportações, em linha com a evolução prevista para a procura externa dirigida à área do euro, que deverá abrandar, em parte, devido ao enfraquecimento do comércio global na sequência da emergência de políticas protecionistas. Estima-se que a procura interna da área do euro mantenha um crescimento moderado, suportado por condições de financiamento favoráveis, pelo aumento do rendimento disponível das famílias e pela evolução positiva do mercado de trabalho (a taxa de desemprego deverá diminuir de 9,1% em 2017 para 8% em 2019).

Nas restantes economias avançadas, destaca-se a desaceleração da economia do Reino Unido, cujo crescimento, após um pico de 2,9% em 2014 se reduziu para 1,7%, em 2017 e antecipa-se que continue a descer para 1,4%, em 2018, e 1,5%, em 2019, ano que deverá ficar marcado pela saída do Reino Unido da União Europeia. Prevê-se também uma desaceleração da atividade económica nos EUA em resultado das tensões comerciais, e do desvanecimento das medidas de estímulo orçamental. Em 2018, o crescimento do PIB dos EUA deverá aumentar para 2,9% (2,2% em 2017), prevendo-se um crescimento de 2,5% para 2019.

O abrandamento no crescimento esperado para o próximo ano é explicado pelo efeito das medidas protecionistas recentemente anunciadas, com especial incidência nas tarifas sobre as importações dos EUA com origem na China. O dinamismo da atividade económica deverá traduzir-se numa redução da taxa de desemprego de 4,4%, em 2017, para 3,8% e 3,5%, respetivamente, em 2018 e 2019.



No que se refere às economias emergentes e em desenvolvimento, estas deverão continuar a ser o motor do crescimento da economia mundial. Prevê-se a manutenção de um crescimento robusto para o conjunto dos países asiáticos (6,4%, em média no período 2017-2019), com destaque para a China (6,9%, em 2017, e 6,6% e 6,2%, respetivamente, em 2018 e 2019) e para a Índia, cuja economia deverá atingir, em 2019, um crescimento de 7,4% (6,7%, em 2017).

É de realçar, no entanto, que, para 2019, e face às previsões da Primavera, o FMI reviu em baixa (-0,4 p.p.) o crescimento do PIB dos países emergentes (-0,2 p.p. no caso da China). A revisão foi mais acentuada nas economias emergentes europeias (-1,6 p.p.), com destaque para a Turquia, e do Médio Oriente, nomeadamente o Irão. Na origem desta revisão destaca-se a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a China que, por sua vez, impulsionou o preço do petróleo para níveis acima de 80 USD/barril (cerca de 69 EUR/barril) no final de setembro. Estes valores situam-se cerca de 24% acima dos verificados no final de 2017.

Já relativamente aos países exportadores de matérias primas, como a Rússia e o Brasil, perspetiva-se a continuação da retoma económica a um ritmo moderado. Os preços das matérias primas, embora em recuperação, continuam abaixo dos níveis que se registaram no período 2011-2014. No Brasil, o crescimento está condicionado pela elevada incerteza política que afeta o país.

Num contexto de pressões inflacionistas contidas e de uma taxa de utilização da capacidade produtiva baixa na generalidade das economias avançadas, as condições monetárias e financeiras permaneceram globalmente favoráveis. A política monetária caracterizou-se por uma orientação acomodatória em 2018, especialmente na área do euro. Com efeito, as taxas de juro de curto prazo na área do euro mantiveram-se estáveis ao longo de 2018, renovando níveis historicamente baixos, com a Euribor a 3 meses a situar-se, em média, em -0,32% no conjunto dos nove primeiros meses. Conselho do BCE decidiu estender, até ao final de 2018, o programa de compra de dívida pública (*Quantitative Easing*) lançado no início de 2015, ainda que diminuindo, desde o final de setembro, o montante de compras mensais de 30 para 15 mil milhões de euros. Adicionalmente, o Conselho decidiu, na reunião de setembro de 2018, manter inalteradas as principais taxas diretoras.

### 3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2018

Em 2018, a economia portuguesa caracterizou-se pelo crescimento robusto da atividade económica, pela descida do endividamento, público e privado, pela melhoria da posição externa e pela continuação do processo de ajustamento do setor bancário, fatores que contribuíram para uma crescente resiliência da economia.

No primeiro semestre de 2018, a economia portuguesa prosseguiu uma trajetória de crescimento robusto, embora a um ritmo inferior ao verificado no ano anterior. Com efeito, após um crescimento real do PIB de 2,8% em 2017, o maior desde 2000, impulsionado pelo bom desempenho do investimento e das exportações, assistiu-se, na primeira metade de 2018, a algum abrandamento da economia, tendo o PIB crescido 2,3% em termos homólogos. Esta evolução está em linha com a verificada na área do



euro. Os indicadores qualitativos disponíveis para o terceiro trimestre apontam para uma estabilização do ritmo de crescimento da economia, com destaque para uma melhoria da confiança na indústria e nos serviços e a manutenção da confiança dos consumidores em níveis historicamente elevados.

A desaceleração moderada da economia no primeiro semestre é essencialmente explicada pelo menor ritmo de crescimento do investimento e das exportações, que, no entanto, se mantiveram num nível relativamente elevado (4% e 6%, respetivamente). Considerando o contributo das componentes da procura líquida de importações para o crescimento real do PIB, estima-se que o crescimento da economia portuguesa, tanto em 2017 como no início de 2018, tenha sido sustentado pelas exportações seguidas do investimento, em 2017, e do consumo privado, na primeira metade de 2018. O elevado dinamismo das exportações traduziu-se no aumento do seu peso no PIB de 42,7%, em 2017 para 44%, no 1.º semestre de 2018.

O consumo privado cresceu 2,3% em 2017 e 2,5% no primeiro semestre de 2018. Registou-se uma ligeira aceleração do consumo de bens correntes não duradouros e de serviços, que mais do que compensou a desaceleração do consumo de bens duradouros. A evolução do consumo privado beneficiou da melhoria no rendimento disponível das famílias, que cresceu 3%, em termos médios nominais, na primeira metade de 2018, num contexto de forte crescimento do emprego, diminuição do desemprego e políticas públicas orientadas para a reposição dos rendimentos das famílias. Paralelamente, prosseguiu o processo de desalavancagem das famílias, cujo nível de endividamento diminuiu cerca de 18% desde o valor máximo, alcançado no final de 2010, situando-se, pela primeira vez desde o terceiro trimestre de 2003, abaixo do limiar de 100% do rendimento disponível das famílias.

Após um período de perda de rendimentos, as famílias portuguesas viram o seu rendimento disponível melhorar gradualmente nos anos mais recentes. De entre os fatores que concorreram para esta evolução positiva destacam-se a melhoria progressiva da atividade económica e das condições no mercado de trabalho, assim como um conjunto de políticas adotadas pelo atual Governo no sentido de devolver aos portugueses os rendimentos perdidos durante o período da crise financeira mundial e de vigência do programa de ajustamento da economia portuguesa (2011-2014). Entre essas, destacam-se as que se traduziram num alívio fiscal para as famílias e, por essa via, na melhoria do seu rendimento disponível.

O investimento registou um crescimento médio de 4% nos primeiros seis meses de 2018, traduzindo uma desaceleração face a 2017, ano em que se registou o maior crescimento desde 1998 (9,2%). Este comportamento foi influenciado, em grande medida, por eventos temporários, sendo que os indicadores qualitativos de confiança dos diversos sectores de atividade se mantêm próximos de máximos históricos. O investimento em construção, uma das componentes que mais contribuiu para o forte dinamismo do investimento em 2017, registou uma desaceleração na primeira metade do ano, fruto de fatores temporários que condicionaram a atividade durante o primeiro trimestre. Por outro lado, a desaceleração do investimento em máquinas e equipamentos reflete, sobretudo, um efeito base. A primeira metade de 2017 ficou marcada por um elevado nível de investimento em máquinas e

5  
Abeli

equipamentos, associado, em grande medida, ao fluxo de investimento por parte da AutoEuropa que, naturalmente não se repetiu em 2018.

As exportações de bens e serviços cresceram 6%, em termos reais, na primeira metade do ano. As exportações de bens cresceram 6% e as exportações de serviços 5,9%, com destaque para o turismo, com um incremento de 12%. No entanto, registou-se uma ligeira desaceleração das exportações face ao crescimento de 2017 (7,8%), tendo as exportações de serviços no primeiro semestre de 2018 crescido menos do que em igual período do ano passado (13,2%).

A evolução das exportações reflete um menor dinamismo da procura externa. Com efeito, nota-se um abrandamento do crescimento da procura externa relevante dirigida à economia portuguesa (no caso dos bens, de 5,1%, em 2017, para 2,8% na primeira metade de 2018; e nos serviços, de 1,8%, em 2017, para 1% na primeira metade de 2018). Na primeira metade de 2018, continuaram a registar-se ganhos de quota de mercado das exportações portuguesas, tanto exportações de bens como de serviços.

As importações aumentaram 6,4% (8,1% em 2017). A desaceleração decorreu sobretudo da menor dinâmica das importações de serviços, com um crescimento de 2,3% (7,7% em 2017), enquanto as importações de bens desaceleraram 1,1 p.p., crescendo 7%.

O mercado de trabalho manteve uma dinâmica positiva na primeira metade do ano, caracterizada por uma elevada taxa de participação, pelo crescimento de 2,8% do emprego e pela redução continuada da taxa de desemprego que, pela primeira vez desde 2005, se situou abaixo da registada na área do euro. De acordo com o INE, a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2018 foi de 6,7%, o valor mais baixo da série iniciada em 2011. A taxa de desemprego jovem, apesar de ainda apresentar um valor elevado, registou uma descida considerável, situando-se no segundo trimestre de 2018 em 19,4% (23,9%, em 2017). A população ativa, que cresceu em 2017 pela primeira vez nesta década, manteve uma variação positiva no início de 2018. Por sua vez, a taxa de participação no mercado de trabalho da população acima dos 15 anos estabilizou nos últimos trimestres. A percentagem de desempregados de longa duração no total do desemprego tem vindo a diminuir, passando de 57,5%, em 2017, para 53%, no primeiro semestre de 2018.

Depois de um crescimento historicamente elevado em 2017 (3,3%), o emprego manteve-se um crescimento significativo no primeiro semestre de 2018 (2,8%). O sector que mais contribuiu para o crescimento do emprego foi o sector dos serviços, seguido pela indústria transformadora. Ao contrário do que sucedeu no ano de 2017, o contributo do sector da construção para a criação de emprego foi residual.

Por seu lado, o emprego por conta de outrem cresceu, em termos homólogos, 3,7% no primeiro semestre de 2018. Entre as novas relações contratuais iniciadas nesta primeira metade do ano, cerca de 72% foram iniciadas sob a forma de contratos de trabalho sem termo, o que se traduz na continuação da redução da precariedade no mercado de trabalho.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'S' and the name 'Shew'.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um crescimento médio de 1% nos primeiros 9 meses do ano, um valor ligeiramente inferior ao registado no mesmo período do ano passado. Ainda assim, depois da inflação ter ficado pela primeira vez em cinco anos acima de 1% no ano de 2017, perspetiva-se que o mesmo suceda em 2018.

O IPC subjacente, que exclui os bens alimentares não-transformados e os produtos energéticos, cresceu abaixo do IPC total (0,7%). O aumento sustentado do preço do petróleo (em euros), que atingiu em setembro deste ano o valor mais alto desde outubro de 2014, explica em grande medida a variação de 4,8% no preço dos bens energéticos nos três primeiros trimestres deste ano.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), referência para comparação internacional, cresceu 1,3%, 0,3 p.p. acima do IPC nacional e 0,4 p.p. abaixo do crescimento médio verificado na área do euro. Os preços da habitação mantiveram taxas de crescimento significativas, com crescimentos trimestrais homólogos superiores a 10% desde o terceiro trimestre de 2017. Não obstante, e pela primeira vez desde 2015, o crescimento do índice de preços da habitação desacelerou no segundo trimestre de 2018. No entanto, de acordo com o índice de preços na habitação, disponibilizado pelo INE, apenas em 2017 se ultrapassou o nível geral de preços de habitação verificada em 2017.

### 3.2. PERSPETIVAS PARA 2019

#### 3.2.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

Após uma aceleração da procura externa relevante para Portugal em 2017 (5,1%, que compara com 3,3%, em 2016) é esperada uma desaceleração em 2018 e 2019. Esta evolução resulta da expectativa de moderação do comércio mundial na sequência de tensões comerciais associadas a políticas protecionistas, bem como de um menor dinamismo da economia da área do euro, cujo crescimento do PIB deve abrandar de 2,4%, em 2017, para 2% e 1,9%, respetivamente em 2018 e 2019. De entre os principais parceiros comerciais de Portugal, é esperada, para 2019, a continuação da desaceleração do PIB de Espanha e de Itália; uma estabilização do crescimento do PIB de França e da Alemanha, ambos com um crescimento inferior a 2%; e a manutenção de um crescimento moderado no Reino Unido.

As importações de bens e serviços destas economias abrandaram no 1.º semestre de 2018, com destaque para um recuo particularmente significativo do Reino Unido e da Itália. Contudo, prevê-se que as importações desses países, com exceção da Itália, aumentem em 2019. Após um aumento em 2018 (que se estima seja o mais elevado dos últimos 6 anos), as expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para que o preço do petróleo ascenda a 72,2 USD/bbl em 2019 (cerca de 60,6 EUR/bbl), refletindo a persistência de tensões geopolíticas no Médio Oriente (imposição de sanções pelos EUA ao Irão no período mais recente) e também noutros países exportadores de petróleo (caso da Venezuela), com possíveis perturbações do lado da oferta. Expresso em euros, o preço do petróleo apresenta um perfil ainda mais acentuado, em parte explicado pela depreciação esperada da taxa de



câmbio do euro face ao dólar. Os preços das matérias-primas não energéticas, em dólares, deverão registar uma quebra em 2019, após um aumento significativo nos dois últimos anos.

Num contexto de redução gradual do impacto dos estímulos não convencionais adotados nos últimos anos pelo BCE, a taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses) deverá exibir um perfil ligeiramente ascendente, embora se mantenha em níveis historicamente baixos.

### 3.2.2. ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2018, estima-se que a economia portuguesa cresça 2,3%, pelo segundo ano consecutivo acima do crescimento da economia da área do euro (2%). Para 2019, prevê-se um crescimento real do PIB de 2,2%, uma ligeira desaceleração face a 2018, em linha com o abrandamento esperado na área do euro (1,9%).

Em relação às componentes do PIB, estima-se que em 2018 o consumo privado, fruto do aumento do rendimento disponível das famílias, mantenha o crescimento observado em 2017, abrandando em 2019 (1,9%). O crescimento do consumo público deverá igualmente desacelerar em 2019 para 0,2%, refletindo a natureza da política orçamental adotada. Para 2019 prevê-se um crescimento do investimento de 7%, impulsionado quer pelo investimento privado, quer pelo investimento público, consubstanciando uma aceleração face a 2018 (5,2%). No que toca ao comércio internacional, prevê-se uma desaceleração do crescimento das exportações, em linha com a procura externa relevante. O crescimento das importações também deverá abrandar, refletindo a evolução da procura global.

Antecipa-se que o mercado de trabalho continue a apresentar um elevado dinamismo, estimando-se que a taxa de desemprego em 2018 se cifre em 6,9%. Em 2019, prevê-se nova redução da taxa de desemprego, para 6,3%, menos 0,9 p.p. do que previsto aquando do Programa de Estabilidade.

A inflação, medida pelo IPC, deverá fixar-se nos 1,3% em 2018 e 2019, refletindo a manutenção de pressões inflacionistas externas e internas moderadas.

### 3.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Os principais indicadores e rácios de exploração e financeiros de 2018 são os seguintes:

*valores expressos em euros*

ESTRUTURA FINANCEIRA	2018	2017
Ativo	6 703 038,97	6 031 400,22
Passivo	5 805 939,94	5 452 365,19
Capitais próprios	897 099,03	579 035,03
Autonomia financeira	13,38%	9,60%
Solvabilidade	15,45%	10,62%

O Ativo reflete essencialmente:

- O Ativo fixo tangível e intangível, no montante de 477 mil euros;
- O saldo a receber a título de tarifa dos resíduos sólidos no montante de 2 506 mil euros;

4  
Anexo

c) Os Meios financeiros líquidos constantes do balanço no montante de 3 480 mil euros.

O Passivo reflete essencialmente:

- a) O saldo em dívida a fornecedores, no montante de 3 610 mil euros;
- b) Outras contas a pagar, no montante de 840 mil euros, que consideram essencialmente o montante de acréscimos de gastos;
- c) Diferimentos, no montante de 1 112 mil euros, relativo ao valor dos subsídios à exploração não utilizados;

valores expressos em euros

ESTRUTURA ECONÓMICA	2018
Prestação de serviços	13 238 521,37
Subsídios à exploração	6 461 909,47
Subtotal Rêdito	19 700 430,84
Subcontratos	(6 271 800,67)
Tratamento de resíduos	(5 032 295,30)
Gastos com o pessoal	(4 257 804,54)
Combustíveis e manutenção	(1 562 793,20)
Renting de viaturas	(767 816,72)
Encargos com cobrança	(401 315,05)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(175 439,79)
Subtotal Principais Gastos da operação	(18 469 265,27)
Outros rendimentos e gastos operacionais	(891 733,11)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>339 432,46</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(82 817,89)
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)</b>	<b>256 614,57</b>
<b>Resultado antes de imposto (RAI)</b>	<b>256 614,57</b>
Imposto sobre rendimento do período	(61 359,44)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>195 255,13</b>

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir na íntegra os custos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo. Por outro lado, e dada a trajetória tarifária definida, para os períodos em que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante desta atividade será igualmente objeto subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo.

Deste modo, o resultado operacional do ano foi positivo em cerca de 256 615 euro, atribuível na íntegra aos serviços auxiliares à Recolha de resíduos urbanos, conforme se ilustra:

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Período 2018			
	Recolha de resíduos urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	
Vendas e serviços prestados	+	12 734 533,47	488 029,65	15 958,25
Subsídios à exploração	+	969 617,91	-	5 492 291,56
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(144 305,37)	(2 423,77)	(28 710,65)
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-	<b>(9 287 111,76)</b>	<b>(172 185,16)</b>	<b>(4 987 442,54)</b>
Subcontratos	-	(1 431 197,67)	(18 471,72)	(4 822 131,28)
Tratamento de resíduos	-	(4 888 078,52)	(98 830,25)	(45 386,53)
Outros trabalhos especializados	-	(532 949,33)	(14 906,05)	(8 946,04)
Combustíveis e manutenção	-	(1 526 499,87)	(25 288,24)	(11 005,09)
Aluguer de viaturas	-	(677 543,51)	(10 824,79)	(79 448,43)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-	(230 842,85)	(3 864,12)	(20 525,17)
Gastos com pessoal	-	(3 720 609,61)	(52 538,93)	(485 031,85)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(184 959,38)	(3 118,69)	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	1,59	-	-
Outros rendimentos	+	10 257,13	(10,63)	46,85
Outros gastos	-	(293 413,79)	(5 873,92)	(3 567,92)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	<b>84 010,20</b>	<b>251 878,55</b>	<b>3 543,89</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(79 276,65)	(944,71)	(2 596,52)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	<b>4 733,56</b>	<b>250 933,84</b>	<b>947,17</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	<b>4 733,56</b>	<b>250 933,84</b>	<b>947,17</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(4 733,55)	(55 678,72)	(947,17)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	<b>0,00</b>	<b>195 255,12</b>	<b>0,00</b>

### 3.4. ATIVIDADES EM 2018

No decurso do ano de 2018, procedeu-se à execução do Plano de Atividades da PORTOAMBIENTE e de onde se destacam as seguintes atividades:

- fase out da operação de Gestão de Resíduos Urbanos subcontratada, com início em fevereiro de 2018, com forte e progressiva evolução, tendo sido concluída em final de maio;
- alteração de sede administrativa da PORTOAMBIENTE, para a Zona Industrial do Porto;
- Implementação de um sistema de apuramento de resultados por (i) centro de resultados e (i) contabilidade analítica;
- Desenvolvimento e aplicação de ferramentas informáticas (*Business Intelligence*) de apoio à operação;
- Publicação, e posterior adjudicação do Procedimento pré-contratual para a "Prestação de Serviços de Limpeza Pública no Município do Porto", cujo tipo de procedimento foi o Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
- Organização, preparação, planeamento e execução do projeto de recolha seletiva Porta-a-porta, residencial;
- Reformulação do serviço "ecolinha", com reforço das equipas de trabalho e ferramentas informáticas de suporte;
- Implementação do projeto de gestão documental;
- Definição de equipas de trabalho especialmente dedicadas a missões específicas com vista à melhoria do serviço da Limpeza do Espaço Público e da qualidade de vida da cidade, em concreto:
  - ✓ Limpeza de grafitis;

*Anexo*

✓ Sensibilização;

- Elaboração dos Instrumentos de Gestão previsionais da Empresa para o período de 2019 a 2022;

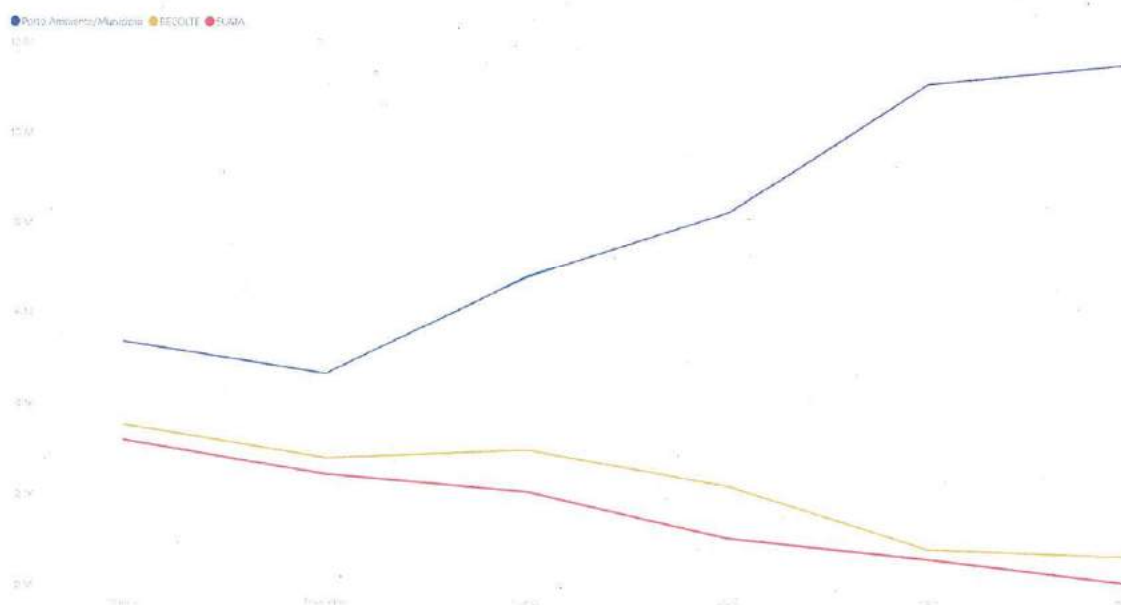
### 3.5. OPERAÇÃO

Conforme referido anteriormente, o *phase out* da operação de Gestão de Resíduos Urbanos subcontratada revestiu, em 2018, uma das etapas mais desafiantes da PORTOAMBIENTE, tendo sido concluída de forma bem sucedida, não obstante das dificuldades inerentes à execução de uma ação daquela natureza.

#### 3.5.1. EVOLUÇÃO DA INTERNALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES (PHASE OUT) E RESPECTIVA ILUSTRAÇÃO

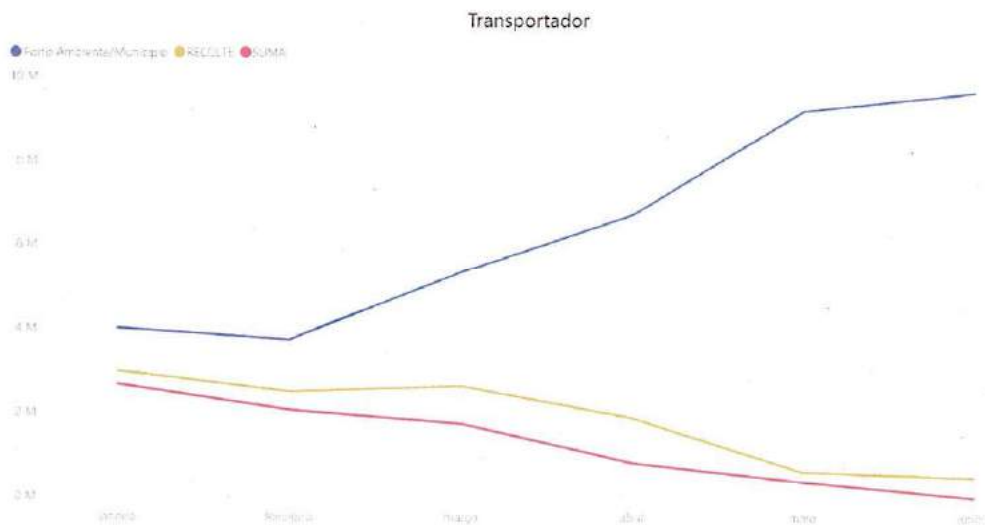
- Em janeiro do corrente ano, a PORTOAMBIENTE assumiu toda a recolha de resíduos (indiferenciados e seletivos) que se encontrava até então a ser realizada diretamente pelo Município do Porto;
- a partir do início do mês de fevereiro foi dado início ao *phase out* das concessões que operavam na cidade;
- Esta alteração representou que, no final do mês de março, a PORTOAMBIENTE passasse a assumir de forma direta a recolha de 58% da totalidade dos resíduos da cidade, o que em termos de indiferenciados representava 55% e em resíduos seletivos, cerca de 70%.
- Com referência ao final do segundo trimestre, a PORTOAMBIENTE passou a assegurar de forma direta a integralidade da recolha dos resíduos da cidade.
- Graficamente, ilustra-se em seguida a evolução verificada nos primeiros dois trimestres do ano de 2018, por operador e tipologia de resíduo, a qual traduz o sucesso supramencionado do *phase out* das concessões:

Totalidade de Resíduos

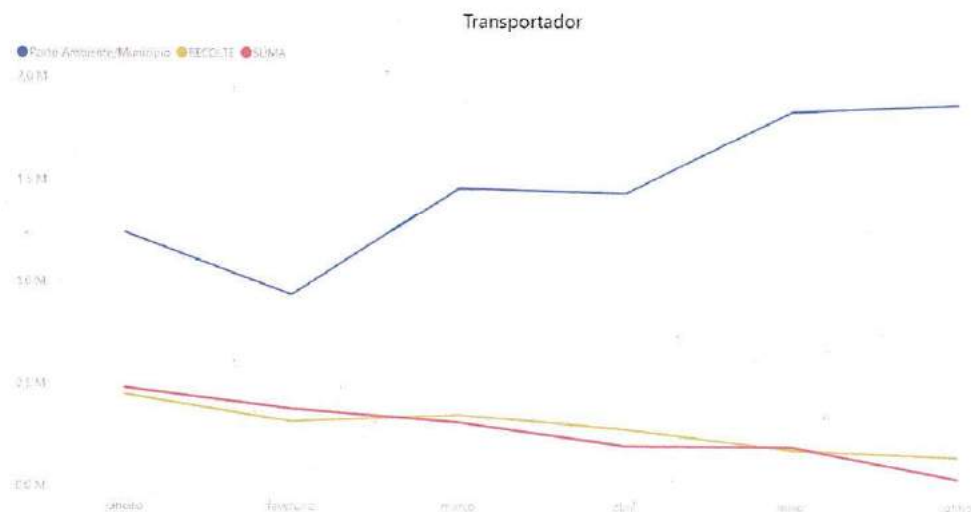


Handwritten signature and initials in blue ink.

### Recolha de resíduos - Indiferenciado



### Recolha de resíduos - Seletiva

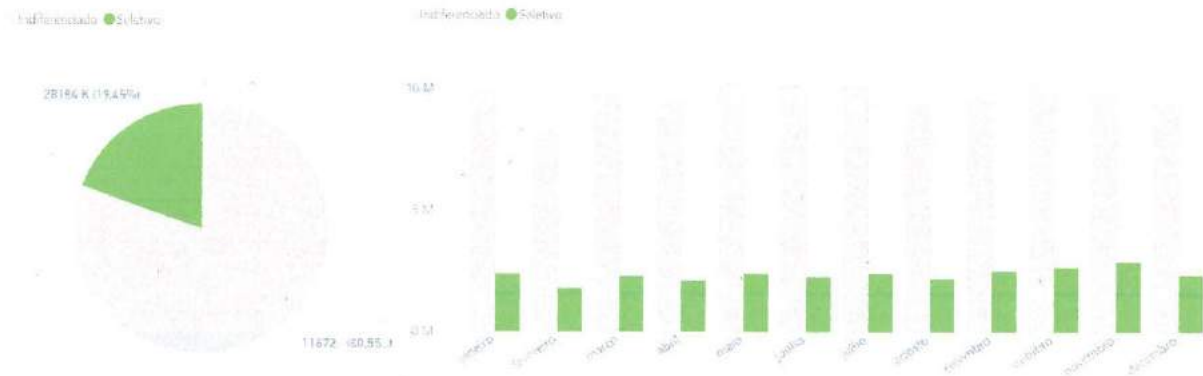


#### 3.5.2. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO

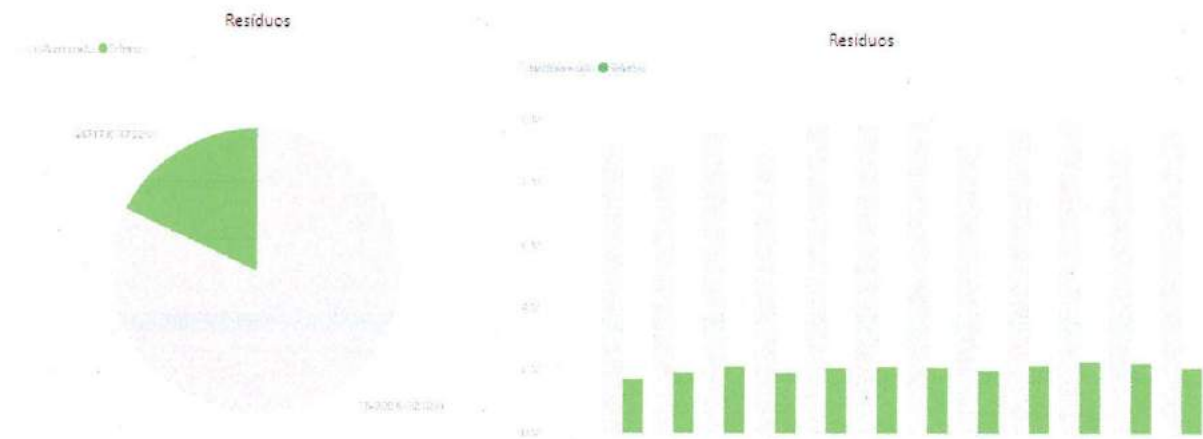
O ano de 2018 representa, por si só, um desafio para a **PORTOAMBIENTE** por se tratar do primeiro ano completo da vida da Empresa, com níveis de incorporação de meios e operações muito relevantes, conforme já foi possível enfatizar nas secções anteriores.

Em adição, e em virtude do desenvolvimento e atratividade que a cidade do Porto tem vindo a registar, o ano de 2018 tem apresentado taxas de crescimento das quantidades de resíduos recolhidas face ao acumulado do período homologo, as quais se ilustram graficamente em seguida, e se estimam em cerca de 2% para os resíduos indiferenciados, e de 14% para a recolha seletiva:

### Toneladas recolhidas no ano de 2018

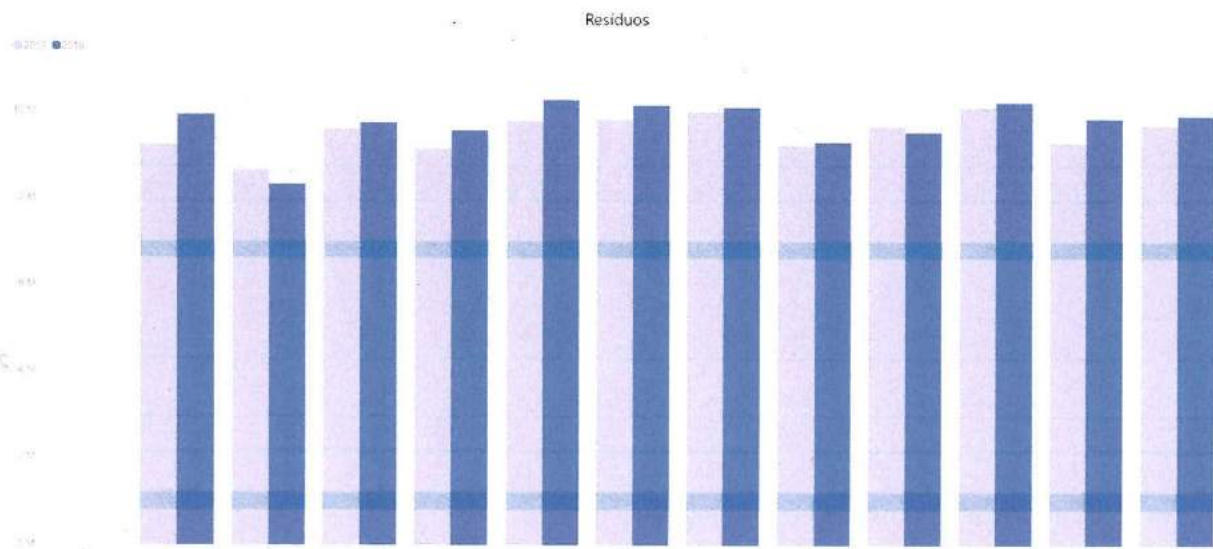


### Toneladas recolhidas no ano de 2017



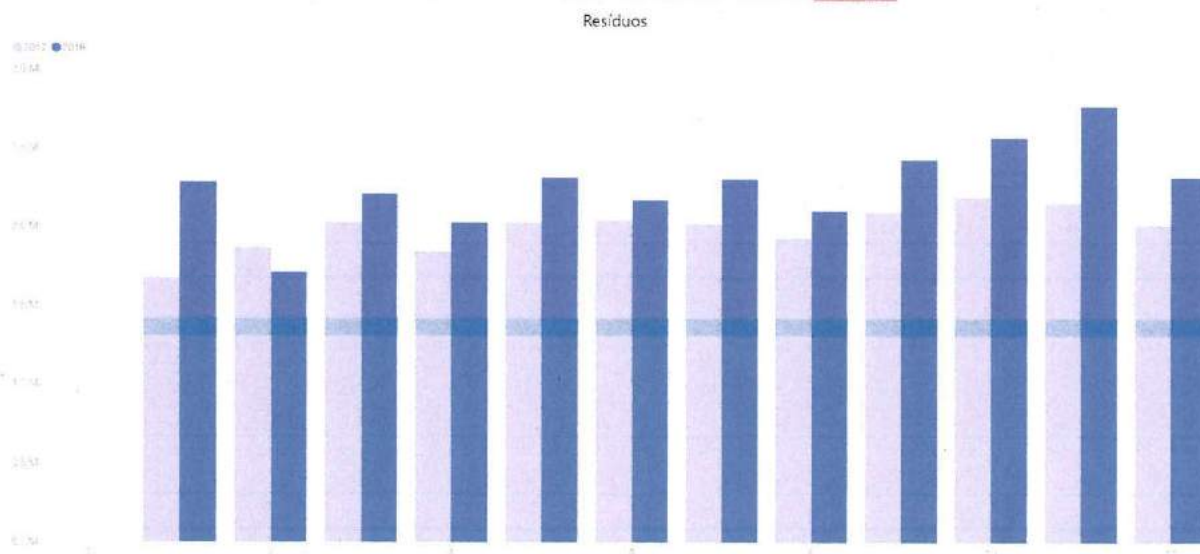
Analisando graficamente a evolução anual, face ao período homólogo, por tipologia de resíduo:

### Toneladas recolhidas de Resíduos Recolha Indiferenciada



*Handwritten signature and initials.*

### Toneladas recolhidas de Resíduos Recolha Seletiva



### 3.6. METAS DE RECOLHA SELETIVA

#	Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva	31.12.2018		2017
		Meta intercalar	Resultado	Resultado
1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem	29,24%	28,38%	26,29%
2	Meta de retomas com origem em recolhas seletiva	58,17 kg/hab/ano	60,51 kg/hab/ano	56,79 kg/hab/ano

### 3.7. SENSIBILIZAÇÃO

No ano de 2018, para além da implementação da campanha "O Porto é a nossa casa", a contratação da equipa de sensibilização permitiu a realização diária de múltiplas ações individuais, ascendendo em 31 de dezembro de 2018 a 582 ações em 71 locais.

### 3.8. RECURSOS HUMANOS

#### 3.8.1. CRESCIMENTO ORGÂNICO

Ao nível dos Recursos Humanos, e como consequência da evolução da operação, os mesmos verificaram a tendência de crescimento expectável, posicionando-se em 31 de dezembro de 2018 em 322 elementos.

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	2018	2017
Número de trabalhadores no final do período	322	52
Número médio de trabalhadores ao longo do período	208	10
Gastos com o pessoal	4 257 804,54	347 727,89
Gasto médio, mensal, por colaborador	1 461,57	2 403,65

No final de 2018, a Porto Ambiente, tem o seu quadro de pessoal praticamente preenchido, pelo que o esforço de contratação se encontra, agora, limitado a alguns elementos para a operação e para áreas de suporte à gestão do negócio:

(número de colaboradores)

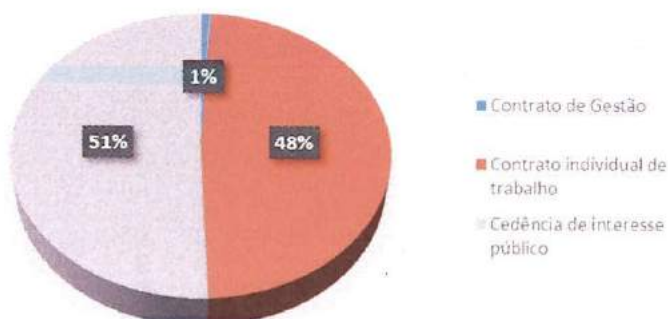
#	Categoria profissional	2018	2017
1	Administrador executivo	2	2
2	Coordenador de Compras e Aprovisionamento	1	1
3	Diretor de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade	1	1
4	Técnicos superiores na área do ambiente	6	4
5	Técnicos superiores na área dos Recursos Humanos	1	1
6	Assessor Jurídico da Administração	1	1
7	Secretária do Conselho de Administração	1	1
8	Técnico Superior de Informática	1	1
9	Diretor de Operações	1	
10	Coordenador Financeiro	1	
11	Técnica Superior de Saúde e Segurança no Trabalho	2	
12	Técnica Segurança no Trabalho	1	
13	Administrativa	9	
14	Encarregado Operacional	18	7
15	Motoristas	73	10
16	Cantoneiros	188	23
17	Mecânico	1	
18	Fiel de armazém	1	
19	Coordenador da Fiscalização e Gestão da Limpeza do Espaço Público	1	
20	Fiscais	12	
Total		322	52

Os 322 colaboradores encontram-se vinculados a esta Empresa Municipal da seguinte forma:

#	Vínculo	Nº. de colaboradores	
		2018	2017
1	Contrato de gestão	2	2
2	Contrato individual de trabalho	161	5
3	Cedência de interesse público	159	45

Representado graficamente:

Distribuição por vínculo



### 3.8.2. ABSENTISTO

Na PORTOAMBIENTE, o controlo do absentismo tem um impacto muito significativo na operação, pois a recolha de resíduos na cidade obriga à utilização de todas as viaturas disponíveis, as quais, para



poderem funcionar plenamente, necessitam de um número pré-definido de colaboradores. Assim sendo, se um motorista/cantoneiro faltar, a viatura não poderá sair e a recolha daquele circuito não é efetuada.

Para evitar este tipo de constrangimentos, a PortoAmbiente necessita de um quadro de colaboradores ligeiramente superior àquele que, à partida, seria exigido.

No ano de 2018 a taxa de absentismo da Porto Ambiente ficou no 2,47%.

Este cálculo inclui todos os tipos de falta que geram absentismo (faltas remuneradas e não remuneradas) sendo de realçar a redução conseguida face ao absentismo verificado nesta área na CMP (8%).

Esta redução teve um impacto considerável na produtividade e nos resultados da Porto Ambiente, dado que permitiu reduzir a necessidade de contratar 8 novos colaboradores (para cobrirem aquelas ausências).

### 3.8.3. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Procedeu-se à contratação de um técnico superior especializado encontrando-se, nesta data, em implementação o plano de atividades e iniciativas desenhado.

### 3.9. ECOLINHA

A ECOlinha é um serviço gratuito de atendimento (telefone - 800205744 ou e-mail ecolinha@cm-porto.pt) que permite aos cidadãos apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações, relacionados com:

- **Temas sob responsabilidade da Porto Ambiente:** recolha de resíduos colocados nos equipamentos de deposição, recolha de resíduos indevidamente abandonados na via pública, colocação/deslocação de equipamentos de deposição, recolha ao domicílio de objetos fora de uso, limpeza, lavagem e deservagem da via pública, limpeza de grafitis;
- **Temas sob responsabilidade do Pelouro do Ambiente da CMP:** limpeza de terrenos, manutenção de espaços verdes, hortas municipais, desinfestação e controlo de pragas (ratos, baratas, pulgas), recolha de animais (canil) fiscalização sanitária e bem-estar animal.

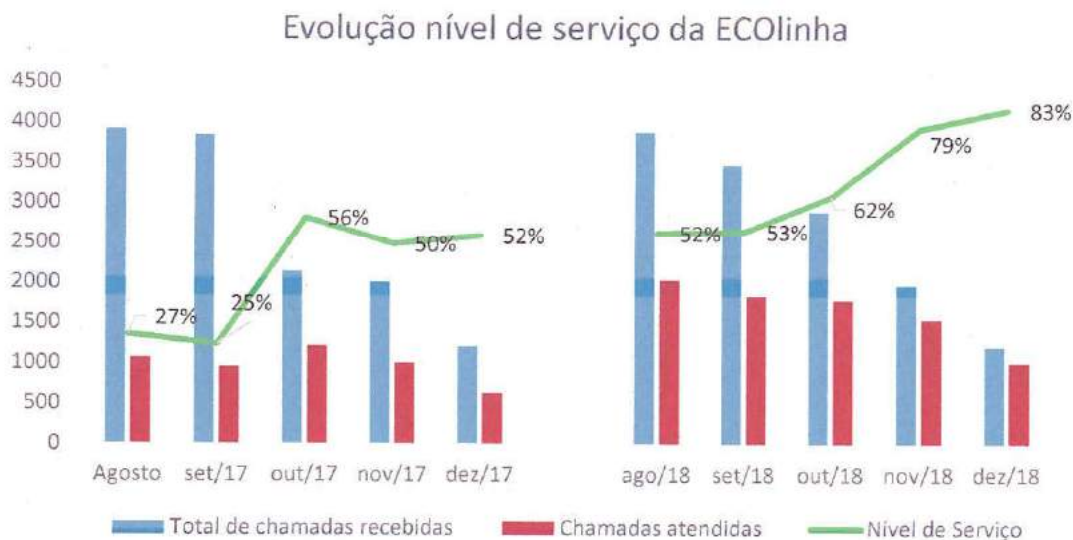
Este serviço de atendimento foi totalmente transferido para a gestão da PortoAmbiente no final de agosto passado e, desde essa altura, tem sido alvo de uma reestruturação com vista à melhoria da qualidade do atendimento e o aumento da eficiência do serviço prestado.

Esta alteração passou pela contratação e formação de novos elementos, pela reformulação de competências entre o *front* e o *back-office*, pelo desenvolvimento de novos procedimentos internos e, ainda, pela otimização de tempos de trabalho.

Este trabalho permitiu até esta altura:

- Garantir que todos os pedidos apresentados à Porto Ambiente são alvo de registo, tratamento e resposta num menor espaço de tempo;

- Aumentar consideravelmente o número de chamadas atendidas (nível de serviço):



- Diminuir o tempo de resposta dos pedidos de recolha ao domicílio (serviço de recolha de objetos fora de uso nas habitações dos moradores da cidade) de um período de espera de quase 2 meses (agosto de 2018) para um **período de espera inferior a 4 dias úteis**.

Relativamente à tipologia de pedidos recebidos desde agosto de 2018:

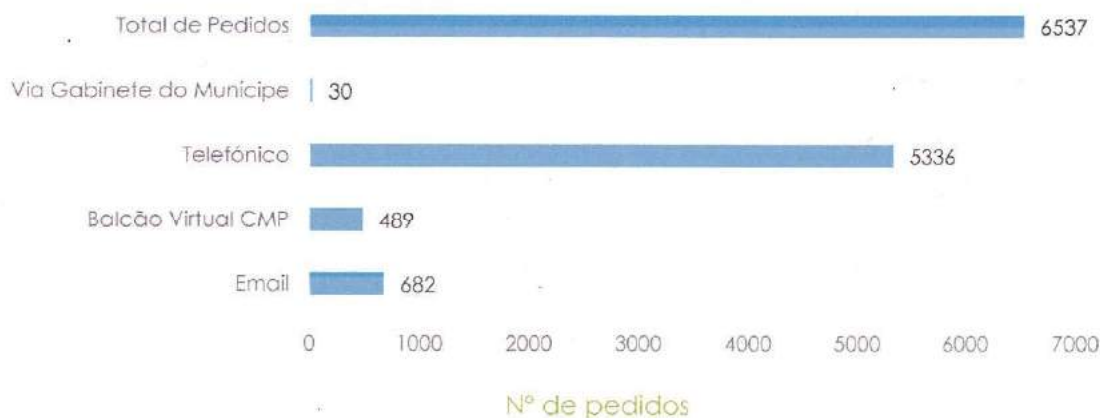
### Tipificação dos Pedidos à Ecolinha (a partir de Agosto de 2018)



Quanto ao canal de comunicação em que os mesmos foram rececionados:

*Handwritten signature*

## Ecolinha - Canal de Comunicação (a partir de Agosto 2018)



O desafio é continuar a aumentar o rácio de chamadas atendidas, melhorar a informação transmitida aos múnicipes e, também, encurtar os tempos médios de execução para cada tipo de pedido apresentado.

### 3.10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2018, o Resultado líquido ascende a 195 255 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 93% dos Gastos e de 94 % dos Rendimentos, conforme ilustrado:

Valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Período 2018				
		Orçamento	Execução		Desvio	
			Euro	%	Euro	%
Vendas e serviços prestados	+	13 352 035,11	13 236 521,37	99,15%	(113 513,74)	-0,85%
Subsídios à exploração	+	7 638 397,94	6 461 909,47	84,60%	(1 176 488,47)	-15,40%
<b>Total Rendimentos / Receita</b>	<b>=</b>	<b>20 990 433,04</b>	<b>19 700 430,84</b>	<b>93,85%</b>	<b>(1 290 002,20)</b>	<b>-6,15%</b>
<b>Principais Fornecimentos e serviços externos</b>						
Subcontratos	-	(6 708 606,36)	(6 271 800,67)	93,49%	436 805,69	-6,51%
Tratamento de resíduos	-	(5 210 594,63)	(5 032 295,30)	96,58%	178 299,33	-3,42%
Combustíveis	-	(1 234 400,00)	(919 223,17)	74,47%	315 176,83	-25,53%
Renting Viaturas	-	(1 140 570,07)	(767 816,72)	67,32%	372 753,35	-32,68%
Manutenção	-	(680 701,75)	(685 023,38)	97,70%	15 678,37	-2,30%
Outros FSE s, gastos e/ou rendimentos	-	(1 520 815,43)	(1 320 315,99)	86,83%	200 299,45	-13,17%
Gastos com pessoal	-	(4 452 134,41)	(4 257 804,54)	95,64%	194 329,87	-4,36%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	-	(188 078,07)		(188 078,07)	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(42 810,40)	(82 817,88)	193,45%	(40 007,48)	93,45%
<b>Total Gastos / Despesa</b>	<b>=</b>	<b>(20 990 433,04)</b>	<b>(19 505 175,72)</b>	<b>92,92%</b>	<b>1 485 257,33</b>	<b>-7,08%</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>=</b>		<b>195 255,13</b>		<b>195 255,13</b>	

Para uma completa leitura da informação anterior, deverá ser tido em consideração que a concretização do *phase out* da operação, ainda que com sucesso, verificou, por prudência, uma um atraso intencional de cerca de três meses, mitigando assim eventuais constrangimentos na prossecução das operações.

Desconsiderando o impacto decorrente deste evento, o nível de execução orçamental posicionar-se-ia muito próximo dos 100%.

**3.11. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2018**

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos, no contrato programa celebrado no Município do Porto para o ano de 2017 (por remissão ao contrato de gestão delegada), objetivos e ações a prosseguir pela PORTOAMBIENTE. Estes são monitorizados por indicadores de eficiência e eficácia de execução / implementação, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2018:

#	Descrição	Valores expressos em euros ou porcentagem				
		Ativadas		Nota de realização a 31 de dezembro de 2018		
		Regulada	Não Regulada	Eficaz	Muito Eficaz	
Q1.1	Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Indiferenciada (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nas locais de deposição indiferenciada de resíduos, número não superior a 100 (cento metros, tendo por base o local de produção dos resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	
Q1.2	Acessibilidade aos serviços de recolha de resíduos - Seletiva (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nas locais de deposição seletiva de resíduos, número não superior a 100 (cento metros, tendo por base o local de produção dos resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	
Q2.1	Lavagem e higienização de equipamentos (Presença de lavagem de contentores de deposição indiferenciada de resíduos urbanos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 1
Q2.2	Lavagem e higienização de equipamentos (Presença de lavagem de contentores de deposição seletiva de resíduos urbanos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 1
Q3	Abrangência do serviço de limpeza do espaço público (Garantia de acessibilidade dos múltiplos ao serviço de limpeza do espaço público)		<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
Q4	Satisfação dos utilizadores (Índice entre os utilizadores sobre o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			Nota 2
Q5	Resposta a queixas, lótes e reclamações (Porcentagem de reclamações ou sugestões que foram alvo de resposta no prazo não superior a 20 dias úteis)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
Q6	Metas de gestão de resíduos (Cumprimento das metas de gestão de resíduos decorrentes das imposições dos Planos Estratégicos em vigor)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 3
Q7	Divulgação e sensibilização (Verificação de resultados positivos decorrentes de campanhas próprias de sensibilização e educação desenvolvidas pela empresa)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			Nota 2
Q8.1	Ruído - Indiferenciada (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
Q8.2	Ruído - Seletiva (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha seletiva de resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
Q9.1	Poluição atmosférica - Indiferenciada (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
Q9.2	Poluição atmosférica - seletiva multilateral (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva multilateral de resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
Q9.3	Poluição atmosférica - seletiva orgânicos (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de resíduos orgânicos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
Q9.4	Poluição atmosférica - seletiva outros (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de outros resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
P1	Produtividade do trabalhador no serviço de recolha de resíduos (Índice entre a quantidade anual de resíduos recolhidos e o número de trabalhadores afetos à recolha seletiva)	<input checked="" type="checkbox"/>				<input checked="" type="checkbox"/>
P2	Estrutura de pessoal administrativo (Índice entre o número de pessoal administrativo e o número de pessoal operacional)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P3	Absentismo (Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				<input checked="" type="checkbox"/>
P4	Orçamento de exploração (Índice de execução do orçamento de exploração anual)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P5	Plano de atividades (Taxa de cumprimento do plano de atividades anual)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P6	Gastos com pessoal (Índice de gasto anual médio por trabalhador)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P7	Gastos indiretos (Índice de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P8	Gestão de segurança (Cumprimento dos prazos de segurança e manutenção e substituição de equipamentos)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
P9	Eficiência na utilização da frota do serviço de recolha seletiva de resíduos (Rentabilidade anual das viaturas de recolha seletiva)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
P10	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha indiferenciada de resíduos (Índice anual do consumo de combustível no serviço de recolha indiferenciada por quantidade de resíduos recolhidos)	<input checked="" type="checkbox"/>				<input checked="" type="checkbox"/>
P11	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Índice anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva multilateral por quantidade de resíduos recolhidos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
P12	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Índice anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva orgânica por quantidade de resíduos recolhidos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
P13	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Índice anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de outros resíduos por quantidade de resíduos recolhidos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4
P14	Reutilização do Parque de Viaturas (Índice anual sobre a reutilização de recursos recolhidos relativamente à capacidade máxima do parque de viaturas de recolha indiferenciada)	<input checked="" type="checkbox"/>				<input checked="" type="checkbox"/>
P15	Grau de otimização dos circuitos de recolha (Índice anual entre o número de destinações e equipamentos de deposição de resíduos sem realizar a sua recolha e o número total de destinações/resíduos)	<input checked="" type="checkbox"/>				Nota 4

Nota 1: Não aplicável. Este indicador foi definido considerando o modelo de subcontratação da recolha indiferenciada, não sendo possível com a estrutura atual, a ponderação esperada naquele cenário - a reter.  
 Nota 2: O procedimento de atualização de meios de recolha e sistematização da informação (evolução tecnológica, se aplicável) ainda se encontra em implementação.  
 Nota 3: Cumprimento parcial das metas definidas.  
 Nota 4: Os pressupostos que levaram à fixação destas indicadores, associados ao desempenho energético, sonoro e ambiental, tinham por base a renovação de frota de camiões, aspeto esse cujo expectativa de execução atual se situa apenas em Dezembro de 2019.

*Handwritten signature and initials*

### 3.12. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2018

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a **PORTOAMBIENTE** não cumpre com os critérios de dissolução:

Valores expressos em euros ou percentagem

Indicador	2018	2017	2016	STATUS
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50%	193%	124%	Na	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o Volume de negócios cobre pelo menos 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais - Provisões - Imparidades - Depreciações)) < 50%	69%	76%	Na	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração / Receitas totais) > 50%	33%	26%	Na	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é > 0 (EBITDA ≥ 0)	339 432,46	196 981,66	Na	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0 (Resultado do período ≥ 0)	195 255,13	113 459,03	Na	✓

### 3.13. ENDIVIDAMENTO

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, "os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior" (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2018, não se verificou o recurso a qualquer forma de endividamento externo, corrente ou não corrente, tendo a empresa gerido as suas necessidades com recurso a capitais próprios e/ou fundo de maneiço.

### 3.14. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos. A **PORTOAMBIENTE** esta sensível quanto à identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos que está exposta, nomeadamente risco de crédito e risco de liquidez. Esta monitorização de riscos é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O risco de crédito, ainda que reduzido, está presente na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii) na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O risco de liquidez, está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da **PORTOAMBIENTE**. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da

negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das “fontes de financiamento”, isto é, Contratos programa com o Município e contrato com as Águas do Porto.

### 3.15. PERSPETIVAS FUTURAS

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometem a continuidade, a **PORTOAMBIENTE** espera em 2019:

- (a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- (b) Estabilização do nível de recursos humanos nas Atividades de Recolha de resíduos urbanos indiferenciada, seletiva e Gastos comuns;
- (c) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado não temos conhecimentos de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações.

### 3.16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício de 2018 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 195 255,13 Euro (cento e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e treze cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 9 762,76 Euro (nove mil setecentos e sessenta e dois euros e setenta e seis cêntimos);
- Resultados transitados, no montante de 185 492,37 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois euros e trinta e sete cêntimos);

### 3.17. EVENTOS POSTERIORES

Manteve-se a atividade, em linha com o estimado, não sendo conhecidos eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

### 3.18. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS

#### 3.18.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

valores expressos em euros

Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade		Câmara Municipal do Porto	Total
Ações detidas no começo do período	Número de acções	465 566,00	465 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	465 566,00	465 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de acções	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações alienadas no período	Número de acções	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de acções	465 566,00	465 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	465 566,00	465 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%

### 3.18.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:

A sociedade não tem sucursais.

### 3.18.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES:

Não se verificou, houve em 2018, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

### 3.18.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:

Durante o exercício de 2018, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

### 3.18.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL:

Em observação do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 30 de janeiro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

O Conselho de Administração

 Artur Jorge Silva de Sousa Basto	 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção	 Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
---	--	---

4



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018]

  
Aneli

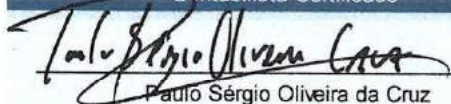


#### 4. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018


Valores expressos em euros

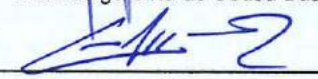
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7 ; 9	396 891,53	231 573,38
Ativos intangíveis	6 ; 9	79 940,64	88 792,17
Outros investimentos financeiros		7 225,34	372,10
Ativos por impostos diferidos	14	21 158,78	-
		<b>505 216,29</b>	<b>320 737,65</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	69 942,21	-
Clientes	5 ; 9 ; 16.2	2 506 490,90	2 881 126,34
Outros créditos a receber	9 ; 16.2	100 956,70	130 609,80
Diferimentos	16.7	39 980,75	13 909,40
Caixa e depósitos bancários	4	3 480 452,12	2 685 017,03
		<b>6 197 822,68</b>	<b>5 710 662,57</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>6 703 038,97</b>	<b>6 031 400,22</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	15	465 566,00	465 566,00
Reservas legais		5 673,45	-
Outras reservas	7	2 628,32	-
Resultados transitados		107 795,58	-
Excedentes de revalorização	7	120 180,55	-
Resultado líquido do período		195 255,13	113 469,03
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>897 099,03</b>	<b>579 035,03</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos	14	34 891,13	-
		<b>34 891,13</b>	<b>-</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16.2	3 609 502,89	5 168 329,92
Estado e outros entes públicos	16.4	210 413,35	65 093,53
Outras dívidas a pagar	16.2	839 042,05	218 941,74
Diferimentos	16.7	1 112 090,52	-
		<b>5 771 048,81</b>	<b>5 452 365,19</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5 805 939,94</b>	<b>5 452 365,19</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>6 703 038,97</b>	<b>6 031 400,22</b>

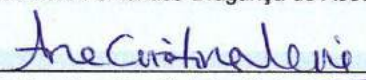
Contabilista Certificado

  
 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

  
 Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva

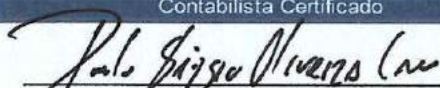


## 5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

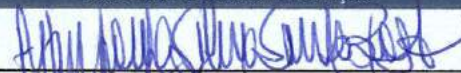
Valores expressos em euros

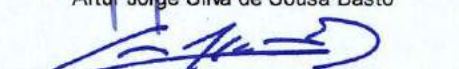
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Periodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	+ 5 ; 11 ; 16.1	13 238 521,37	4 342 651,58
Subsídios à exploração	+ 5 ; 11 ; 16.1	6 461 909,47	1 555 030,01
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 10.3 ; 16.1	(175 439,79)	(9 391,19)
Fornecimentos e serviços externos	- 8 ; 16.1	(14 447 115,29)	(5 343 033,09)
Gastos com pessoal	- 16.1 ; 16.3	(4 257 804,54)	(347 727,89)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 9	(188 078,07)	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	1,59	-
Outros rendimentos	+ 16.1	10 293,35	34,12
Outros gastos	- 16.1	(302 855,63)	(581,66)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	<b>339 432,46</b>	<b>196 981,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6 ; 7 ; 16.1	(82 817,89)	(51 021,26)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	<b>256 614,57</b>	<b>145 960,62</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	<b>256 614,57</b>	<b>145 960,62</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 14 ; 16	(61 359,44)	(32 491,59)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	<b>195 255,13</b>	<b>113 469,03</b>
<b>Resultado por acção básico</b>		<b>0,42</b>	<b>0,24</b>

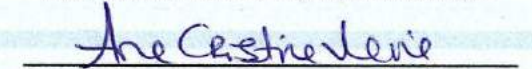
Contabilista Certificado

  
 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

  
 Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva



## 6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores expressos em Euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa, na						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações das variações capitais próprios			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2017	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	-	-	-	-	113.469,03	-	-	113.469,03
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	-	-	-	-	113.469,03	-	-	113.469,03
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital	10	465.566,00	-	-	-	-	-	-	-	465.566,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2017	11=5+7+8+10	465.566,00	-	-	-	-	113.469,03	-	-	579.035,03

Contabilista Certificado

*Paulo Sérgio Oliveira da Cruz*  
 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

*Altur Jorge Silva de Sousa Basto*  
 Altur Jorge Silva de Sousa Basto

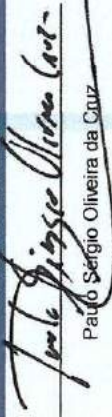
*Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção*  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

*Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva*  
 Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva

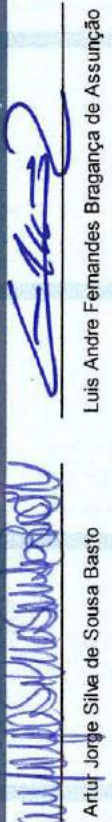
Valores expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-ente							Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
6	15	465 566,00	-	-	-	-	-	113 469,03	579 035,03	-	579 035,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	5 672,45	2 628,32	107 796,53	120 180,55	-	(113 469,03)	122 606,87	-	122 606,87
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	5 672,45	2 628,32	107 796,53	120 180,55	-	(113 469,03)	122 606,87	-	122 606,87
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8	-	-	-	-	-	-	195 255,13	195 255,13	-	195 255,13
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Outras operações	10	-	-	-	-	-	-	81 786,10	318 064,00	-	318 064,00
11	15+6+7+8+10	465 566,00	5 672,45	2 628,32	107 796,53	120 180,55	-	195 255,13	897 999,03	-	897 999,03
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2018											

Contabilista Certificado

  
Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

  
Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva

## 7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

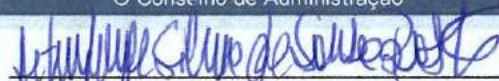
*Valores expressos em Euros*

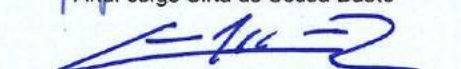
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes		+	13 421 457,00	1 427 840,94
Pagamentos a fornecedores		-	(16 653 101,19)	(102 834,21)
Pagamentos ao pessoal		-	(3 464 780,72)	(163 026,95)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>			<b>(6 696 424,91)</b>	<b>1 161 979,78</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+-	(58 861,20)	-
Outros recebimentos/pagamentos		+-	7 621 476,87	1 346 920,12
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>		<b>866 190,76</b>	<b>2 508 899,90</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis		+	7 193,40	-
Outros Ativos		+	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis		-	(54 763,57)	(23 882,87)
Ativos intangíveis		-	(23 185,50)	-
Outros Ativos		-	-	-
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>		<b>(70 755,67)</b>	<b>(23 882,87)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	-	200 000,00
Outras operações de financiamento		+	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Outras operações de financiamento		-	-	-
<b>Fluxos das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>		<b>-</b>	<b>200 000,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes	<b>(1)+(2)+(3)</b>		<b>795 435,09</b>	<b>2 685 017,03</b>
Efeito das diferenças de câmbio			-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		Nota 4	2 685 017,03	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		Nota 4	3 480 452,12	2 685 017,03

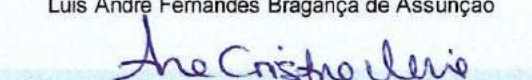
Contabilista Certificado

  
 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto

  
 Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

  
 Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018]





## 8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (doravante também designada por **PORTOAMBIENTE**), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da *Operação*.

A **PORTOAMBIENTE** é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Praça General Humberto Delgado, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o PAPERSU, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020;
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

A receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

### NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Referencial contabilístico



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;
- b) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- c) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- d) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;
- e) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## **2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras**



Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

##### 3.1.1. Ativos intangíveis

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição da plataforma ERP "PRIMAVERA" e gestão documental "FILEDOC", e encontra-se registada ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

##### 3.1.2. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Descrição	Anos
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento administrativo	3 - 7
Outros activos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.



Os Ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.1.3. Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

### 3.1.4. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à PORTOAMBIENTE), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

### 3.1.5. Inventários

**Matérias subsidiárias e de consumo:** encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

### 3.1.6. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

### 3.1.7. Instrumentos financeiros

#### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

- a) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:
  - O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
  - As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
  - As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.
- b) Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;
- c) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

#### **b) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

#### **c) Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando

cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **d) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

#### **e) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

#### **3.1.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um



ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

### 3.1.9. Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

### 3.1.10. Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

### 3.1.11. Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

- a) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

- b) Atividade não Regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

### 3.1.12. Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

### 3.1.13. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva





decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### 3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

#### b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente,

*[Handwritten signature]*  
4

*[Handwritten signature]*

aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

- Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;
- Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### **3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.





#### NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

#### 4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2018 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente a duas cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

#### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

*valores expressos em euros*

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Numerário	1 000,00	-	1 000,00	903,56	-	903,56
Depósitos à ordem	3 473 782,12	5 670,00	3 479 452,12	2 684 113,47	-	2 684 113,47
Outros depósitos bancários	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3 474 782,12</b>	<b>5 670,00</b>	<b>3 480 452,12</b>	<b>2 685 017,03</b>	<b>-</b>	<b>2 685 017,03</b>

#### NOTA 5 – PARTES RELACIONADAS

#### 5.1 Relacionamentos com a empresa-mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata: **Câmara Municipal do Porto**

#### 5.2 Transações com Partes relacionadas

*(valores expressos em euros)*

Transações com as partes relacionadas		2018				2017		
		Recebimentos e ganhos		Saídas e perdas		Recebimentos e ganhos		Saídas e perdas
		Vendas e Prestação de serviços	Subsídios à exploração	Fornecimentos e serviços externos	Compras	Vendas e Prestação de serviços	Subsídios à exploração	Fornecimentos e serviços externos
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	-	(6 429 528)	(596 551)	(191 498)	-	1 555 030	(2 481 622)
Outras partes relacionadas	CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto EM	9 686 893	-	(402 111)	-	4 308 611	-	(130 220)
	Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto EM	15 800	-	-	-	-	-	-
	LIPDR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos	-	-	(5 264 621)	-	-	-	(1 728 239)
	Domus Social, EM	1 792	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>		<b>9 704 485</b>	<b>(6 429 528)</b>	<b>(5 663 283)</b>	<b>(191 498)</b>	<b>4 308 611</b>	<b>1 555 030</b>	<b>(4 340 080)</b>

Para uma completa leitura do quadro anterior, sublinhamos que:





- a) O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente, às tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal faturados pela **PORTOAMBIENTE** à **CMPEA**, procedimento este que se verificou até 30 de setembro de 2018. A partir dessa data, e ainda que se tenha mantido a formalização de faturação e cobrança por intermédio daquela entidade, a fatura física passou a ter um duplo número de identificação fiscal pelo que a tarifa de resíduos passou a ser considerada diretamente faturada pela **PORTOAMBIENTE** aos Municípios.
- b) O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2018:
- Cobertura de tarifa de resíduos urbanos, no montante de 937 236,23 euro; e
  - Limpeza do espaço público, no montante de 5 492 291,56 euro.
- c) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Câmara Municipal do Porto respeita, essencialmente, ao valor da refaturação encargos, nomeadamente combustíveis, manutenção e outros materiais;
- d) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos.

### 5.3 Saldos pendentes com Partes relacionadas

valores expressos em euros

Quantas dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		2018				2017		
		Saldos pendentes em 31.12.2017				Saldos pendentes em 31.12.2017		
		Ativo		Passivo		Ativo		Passivo
		Faturado	Faturado	Acréscimo de custo	Rendimento diferido	Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	-	(1 188 048,56)	(82 573,87)	(1 112 090,52)	-	96 779,66	(2 481 621,95)
Outras partes relacionadas	CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto EM	2 871 934,33	(795,82)	(106 200,41)	-	2 880 770,50	-	-
	Empres de Desporto e Lazer do Município do Porto EM	16 223,22	-	-	-	-	-	-
	LIPOR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos	-	(1 313 930,37)	-	-	-	-	(1 728 238,62)
	Domus Social EM	133,80	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>		<b>2 688 291,15</b>	<b>(2 502 674,75)</b>	<b>(198 774,28)</b>	<b>(1 112 090,52)</b>	<b>2 880 770,50</b>	<b>96 779,66</b>	<b>(4 209 860,58)</b>

### NOTA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:



*[Handwritten signature]*  
 4

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos Ativos intangíveis			Programas de computador
Indefinidas	Razões e factores preponderantes		N/a
Finitas	Vidas úteis*	De	3 Anos
		A	3 Anos
	Taxas de amortização**		33,33%
	Métodos de amortização		Quotas constantes

\* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

\*\* Taxas médias de amortização, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

- b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados:

valores expressos em euros

Ativos intangíveis		Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	91 328,83	-	91 328,83
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2 536,66)	-	(2 536,66)
	Quantias líquidas escrituradas	88 792,17	-	88 792,17
Adições		23 185,50	-	23 185,50
Outras alterações		-	-	-
Amortizações		(32 037,03)	-	(32 037,03)
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	114 514,33	-	114 514,33
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(34 573,69)	-	(34 573,69)
	Quantias líquidas escrituradas	79 940,64	-	79 940,64

## NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 7.1 Divulgações sobre Ativos fixos tangíveis

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos Ativos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis
Vidas úteis*	De	2 Anos	2 Anos	3 Anos	3 Anos
	A	12 Anos	9 Anos	7 Anos	7 Anos
Taxas de depreciação**		10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
Métodos de depreciação		Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

\* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

\*\* Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

### 7.2 Os Ativos fixos tangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e movimentos no exercício

*[Handwritten signature]*  
 Aneli

*Handwritten mark*

valores expressos em euros

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Totais
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	-	178 803,52	96 129,51	3 781,60	1 393,35	260 057,98
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(24 481,74)	(22 873,16)	(681,09)	(248,61)	(48 484,60)
	Quantias líquidas escrituradas	-	154 321,78	73 256,35	2 890,51	1 114,74	231 573,38
Adições		4 885,50	46 364,85	-	7 685,02	-	58 935,37
Alienações, sinistros e abates - Valores brutos		-	-	(4 290,90)	-	-	(4 290,90)
Outras alterações (transferência de bens da concessão)		-	157 700,00	-	-	-	157 700,00
Depreciações - Exercício		(122,14)	(32 519,34)	(14 946,19)	(2 921,97)	(271,22)	(50 780,86)
Depreciações - Alienações, sinistros e abates		-	-	3 754,54	-	-	3 754,54
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	4 885,50	382 868,37	91 838,61	11 446,62	1 393,35	492 402,45
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(122,14)	(57 001,08)	(34 064,81)	(3 803,06)	(519,83)	(95 510,92)
	Quantias líquidas escrituradas	4 763,36	325 867,29	57 773,80	7 643,56	843,52	396 891,53

No ano de 2018, destaca-se que, com o final da concessão existente em parte da cidade, foram integrados equipamentos cujo valor de mercado se estimou em 158 mil euros.

### 7.3 Conciliação entre o montante do excedente reconhecido no início e no final do período

valores expressos em euros

Conciliação do montante do excedente no início e no final do período	31.12.2017	Excedente reconhecido	Excedente realizado		Outros	Totais
			Depreciações	Alienação		
Excedentes de revalorização - V.B.	-	157 700,00	(2 628,32)	-	-	155 071,68
Excedentes de revalorização - IDP	-	(35 462,50)	591,37	-	-	(34 891,13)
Outras reservas	-	-	2 628,32	-	-	2 628,32

### 7.4 Valor das depreciações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados

valores expressos em euros

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros Ativos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2017	Depreciações reconhecidas nos resultados	-	24 481,74	22 873,16	881,09	248,61	48 484,60
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Período 2018	Depreciações reconhecidas nos resultados	122,14	32 519,34	14 946,19	2 921,97	271,22	50 780,86
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-

## NOTA 8 – LOCAÇÕES

### 8.1 Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros

*Handwritten signature*



*[Handwritten signature]*  
4

valores expressos em euros

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de Ativos sujeitos a perdas de imparidade	2018			2017			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	492 402,45	(95 510,92)	-	396 891,53	280 057,98	(48 484,60)	231 573,38
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	114 514,33	(34 573,69)	-	79 940,64	91 328,83	(2 536,66)	88 792,17
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Financeiros	7 225,34	-	-	7 225,34	372,10	-	372,10
Inventários	69 942,21	-	-	69 942,21	-	-	-
Clientes	2 694 568,97	-	(188 078,07)	2 506 490,90	2 881 126,34	-	2 881 126,34
Outras contas a receber	100 956,70	-	-	100 956,70	130 609,80	-	130 609,80
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	3 541 591,65	-	-	3 541 591,65	2 698 926,43	-	2 698 926,43
<b>Totais</b>	<b>7 021 201,65</b>	<b>(130 084,61)</b>	<b>(188 078,07)</b>	<b>6 703 038,97</b>	<b>6 082 421,48</b>	<b>(51 021,26)</b>	<b>6 031 400,22</b>

## 9.2 Reconciliação entre as perdas por imparidade no início e no final do período

valores expressos em euros

Conciliação do montante do excedente no início e no final do período	31.12.2017	Reforços	Reversões	Abate/incobrável	Outros	Totais
Inventários	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	188 078,07	-	-	-	188 078,07
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-

## NOTA 10 – INVENTÁRIOS

### 10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio “custo médio ponderado”, em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.

### 10.2 Quantia escriturada de inventários

valores expressos em euros

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69 942,21	-	69 942,21	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>69 942,21</b>	<b>-</b>	<b>69 942,21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*  
4

### 10.3 Custo das Matérias consumidas

valores expressos em euros

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período		2018		2017		
		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	-	-	-	
	Compras	Compras	+	322 302,59	322 302,59	-
		Entradas em espécie	+	-	-	9 391,19
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	-	-	-
		Outras perdas	-	-	-	-
		Consumos de fardamento	-	(76 920,59)	(76 920,59)	-
		Outros ganhos	+	-	-	-
	Inventários no fim do período	-	(69 942,21)	(69 942,21)	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	175 439,79	175 439,79	9 391,19	
Perdas em inventários		+	-	-	-	
Ofertas e amostras de inventários		+	-	-	-	
Totais		=	175 439,79	175 439,79	9 391,19	

### 10.4 Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses

valores expressos em euros

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69 942,21	-	69 942,21	-	-	-
Totais	69 942,21	-	69 942,21	-	-	-

A rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo regista os inventários da Empresa, daquela natureza, aplicados das atividades de Recolha de Resíduos e Limpeza do Espaço Público, nomeadamente limpeza de grafitis.

#### NOTA 11 – RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos Ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- Prestações de serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo.

*[Handwritten signature]*  
Aneli

*[Handwritten scribbles]*

c) Subsídios à exploração, decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base linear e em regime de acréscimo.

### 11.1 Quantias dos réditos reconhecidas no período

valores expressos em euros

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2018			2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
<b>Prestação de serviços</b>	<b>13 238 521,37</b>	<b>67,20%</b>	<b>204,85%</b>	<b>4 342 851,58</b>	<b>73,63%</b>	
Tarifa de Gestão de RU	13 207 742,21	67,04%	204,16%	4 342 295,74	73,63%	
Remoção de Resíduos (RCD)	14 792,11	0,08%	4056,96%	355,84	0,01%	
Limpeza de eventos	15 987,05	0,08%				-%
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>6 461 909,47</b>	<b>32,80%</b>	<b>315,55%</b>	<b>1 555 030,01</b>	<b>26,37%</b>	
Cobertura de tarifa	937 236,23	4,76%	19120,82%	4 876,15	0,08%	
Limpeza do Espaço Público	5 492 291,56	27,88%	254,31%	1 550 153,86	26,28%	
Interwaste	32 381,68	0,16%				-%
<b>Totais</b>	<b>19 700 430,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>234,04%</b>	<b>5 897 881,59</b>	<b>100,00%</b>	

## NOTA 12 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 12.1 Divulgações para cada classe de provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um *exfluxo* de recursos que incorpore benefícios económicos e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2018, encontra-se a aguardar no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a decisão do recurso relativo a uma ação administrativa em processo contencioso pré-contratual interposta pela Ferrovial Serviços, S.A., a qual, decorrente do facto de já ter sido alvo de desfecho favorável numa primeira instância, e por ser expectativa da Administração e Departamento Jurídico que o recurso siga o mesmo sentido de decisão, não verteu qualquer impacto contabilístico naquela data em sede de provisões.

## NOTA 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

### 13.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

*Handwritten signature and number 4*

**NOTA 14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

**14.1 Quantias dos principais componentes de gasto / (rendimento) de impostos**

*valores expressos em euros*

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos				2018			2017		
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Totais	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores				1	-	-	-	-	-
Imposto corrente				2	82 518,22	-	82 518,22	32 491,59	32 491,59
Imposto sobre o rendimento do	Gastos/ (rendimentos) por impostos diferidos	De diferenças temporárias							
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes	(21 158,78)	(34 891,13)	(56 049,91)	-	-	-
			Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
		Imposto diferido		3	(21 158,78)	(34 891,13)	(56 049,91)	-	-
Imposto sobre o rendimento do período				4=2+3	61 359,44	(34 891,13)	26 468,31	32 491,59	32 491,59
Totais				5=1+4	61 359,44	(34 891,13)	26 468,31	32 491,59	32 491,59

**14.2 Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos / (rendimentos) de impostos**

*valores expressos em euros*

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				2018			2017		
				Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos)		1	-	195 255,13	21,00%	41 003,58	113 489,03	21,00%	23 828,50
Gastos/(rendimentos) de impostos multiplicado pela(s) taxa(s) de		2	-	61 359,44	-	-	32 491,59	-	-
Resultado antes de impostos		3=1+2	3	256 614,57	21,00%	53 889,06	145 980,62	21,00%	30 851,73
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4	7 284,73	21,00%	1 529,79	214,06	21,00%	44,95
		A deduzir	5	(19 421,47)	21,00%	(4 078,51)	(14 000,00)	21,00%	(2 940,00)
		A acrescentar	6	96 667,36	21,00%	20 300,15	-	21,00%	-
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8=3+4-5+6-7		341 145,19	21,00%	71 640,49	132 174,68	21,00%	27 756,68
Dedução de perdas fiscais		8		-	21,00%	-	-	21,00%	-
Materia colectável / colecta		9=8-9		341 145,19	21,00%	71 640,49	132 174,68	21,00%	27 756,68
Benefícios fiscais por dedução à colecta		11		-	-	-	-	-	-
Outras componentes do imposto		12		66 664,37	8,65%	5 760,55	27 710,56	9,93%	2 752,29
Derrama Municipal		13		341 145,19	1,50%	5 117,18	132 174,68	1,50%	1 982,62
Imposto corrente		3	13=10-11+12	256 614,57	32,16%	82 518,22	145 980,62	22,26%	32 491,59
Imposto diferido		14	14=13-14-15	(94 039,02)	22,50%	(21 158,78)	-	-	-
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		3	15=13-14-15	256 614,57	23,91%	61 359,44	145 980,62	22,26%	32 491,59

**14.3 Ativos e passivos por impostos diferidos**

Com referência à data de 31 de dezembro de 2018, os eventos suscetíveis de gerar impostos diferidos ativos e / ou passivos foram contabilisticamente relevados, apresentando-se da seguinte forma:

*valores expressos em euros*

Quantias de Ativos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			2018			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias dedutíveis	Perdas por imparidade não aceites	-	21 158,78	-	21 158,78
		Outros	-	-	-	-
Totais			-	21 158,78	-	21 158,78
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Excedentes de revalorização	-	-	(34 891,13)	(34 891,13)
		Outros	-	-	-	-
Totais			-	-	(34 891,13)	(34 891,13)

**NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**15.1 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal**

*Handwritten signature*

*Handwritten mark resembling a stylized 'S' or '8' with a lightning bolt below it.*

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha um capital social de 465 566 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação, integralmente realizadas nessa data. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto.

O capital social da Empresa, a 31 de dezembro de 2018, discrimina-se como se segue:

valores expressos em euros

Categorias das ações emitidas	Quantidade de ações					Valor nominal das ações					
	Ações emitidas			Ações próprias	Ações detidas por subsidiárias ou associadas	Ações emitidas			Ações próprias	Ações detidas por subsidiárias ou associadas	
	Integramente pagas	Não pagas	Totais			Integramente pagas	Não pagas	Totais			
31.12.2018	Ações ordinárias	465 566,00	-	465 566,00	-	-	465 566,00	-	465 566,00	-	-
	Totais	465 566,00	-	465 566,00	-	-	465 566,00	-	465 566,00	-	-
31.12.2017	Ações ordinárias	465 566,00	-	465 566,00	-	-	465 566,00	-	465 566,00	-	-
	Totais	465 566,00	-	465 566,00	-	-	465 566,00	-	465 566,00	-	-

## 15.2 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2018 discrimina-se no quadro seguinte:

valores expressos em euros

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período	2018				2017			
	Quantidade de ações		Valor nominal das ações		Quantidade de ações		Valor nominal das ações	
	Ações ordinárias	Totais	Ações ordinárias	Totais	Ações ordinárias	Totais	Ações ordinárias	Totais
Ações em circulação no começo do período	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	-	-	-	-
Ações emitidas	-	-	-	-	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00
Ações em circulação no fim do período	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00

A **PORTOAMBIENTE** foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

## NOTA 16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 16.1 Demonstração dos resultados por atividade

Conforme inicialmente preconizado no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira que fundamentou a criação da EMAP, e com eventual posterior ajustamento face à natural adaptação da organização e da atividade, a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes 3 fontes de rendimento:

- Tarifa de resíduos urbanos, faturada ao consumidor final na fatura da água, por intermédio da entidade **CMPEA**;

*Handwritten signature*



- b) Subsídios à exploração – Cobertura de tarifa de RU: subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final; e
- c) Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

*valores expressos em euros*

RENDIMENTOS E GASTOS	Período 2018			
	Recolha de resíduos urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	
Vendas e serviços prestados	+	12 734 533,47	488 029,65	15 958,25
Subsídios à exploração	+	969 617,91	-	5 492 291,56
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(144 305,37)	(2 423,77)	(28 710,65)
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-	<b>(9 287 111,78)</b>	<b>(172 185,16)</b>	<b>(4 987 442,54)</b>
Subcontratos	-	(1 431 197,67)	(18 471,72)	(4 822 131,28)
Tratamento de resíduos	-	(4 888 078,52)	(98 830,25)	(45 386,53)
Outros trabalhos especializados	-	(532 949,33)	(14 906,05)	(8 946,04)
Combustíveis e manutenção	-	(1 526 499,87)	(25 288,24)	(11 005,09)
Aluguer de viaturas	-	(677 543,51)	(10 824,79)	(79 448,43)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-	(230 842,85)	(3 864,12)	(20 525,17)
Gastos com pessoal	-	(3 720 609,61)	(52 538,93)	(485 031,85)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(184 959,38)	(3 118,69)	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	1,59	-	-
Outros rendimentos	+	10 257,13	(10,63)	46,85
Outros gastos	-	(293 413,79)	(5 873,92)	(3 567,92)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	<b>84 010,20</b>	<b>251 878,55</b>	<b>3 543,69</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(79 276,65)	(944,71)	(2 596,52)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	<b>4 733,56</b>	<b>250 933,84</b>	<b>947,17</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	<b>4 733,56</b>	<b>250 933,84</b>	<b>947,17</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(4 733,55)	(55 678,72)	(947,17)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	<b>0,00</b>	<b>195 255,12</b>	<b>0,00</b>

## 16.2 Maturidade das contas a receber e a pagar



valores expressos em euros

Maturidade das contas a receber e a pagar	31.12.2018				31.12.2017			
	Até 30 dias	de 30 a 90 dias	mais de 90 dias	Total	Até 30 dias	de 30 a 90 dias	mais de 90 dias	Total
<b>Créditos a receber</b>								
<b>Clientes</b>	1 041 898	1 308 395	156 188	2 506 481	1 032 180	1 731 023	117 914	2 881 126
CMFEA - Empresa de Águas do Município do Porto EM	1 021 465	1 307 931	342 538	2 671 934	1 031 834	1 731 023	117 914	2 880 770
Perdas por imparidade	-	-	(188 078)	(188 078)	-	-	-	-
Outros	20 433	464	1 738	22 635	356	-	-	356
<b>Outros créditos a receber</b>	100 957	-	-	100 957	130 610	-	-	130 610
Acréscimos de rendimentos	100 798	-	-	100 798	130 464	-	-	130 464
Outros	159	-	-	159	146	-	-	146
<b>Total Créditos a receber</b>	1 142 854	1 308 395	156 188	2 607 448	1 162 799	1 731 023	117 914	3 011 736
<b>Dívidas a pagar</b>								
<b>Fornecedores</b>	(2 455 684)	(1 153 818)	-	(3 609 503)	(3 898 330)	(1 300 613)	(1 388)	(5 198 330)
Camara Municipal do Porto	(1 188 049)	-	-	(1 188 049)	(2 479 583)	(851)	(1 388)	(2 481 622)
LIPOR - Empresa de Gestão, tratamento e valorização de resíduos orgânicos	(858 883)	(449 278)	-	(1 308 160)	(428 277)	(1 299 962)	-	(1 728 239)
Outros	(408 753)	(704 541)	-	(1 113 294)	(958 469)	-	-	(958 469)
<b>Outras Dívidas a pagar</b>	(833 372)	(5 670)	-	(839 042)	(218 942)	-	-	(218 942)
Acréscimos de gastos	(832 777)	-	-	(832 777)	(218 162)	-	-	(218 162)
Outros	(595)	(5 670)	-	(6 265)	(779)	-	-	(779)
<b>Total Dívidas a pagar</b>	(3 289 057)	(1 159 488)	-	(4 448 545)	(4 085 271)	(1 300 613)	(1 388)	(5 387 272)

### 16.3 Gastos com pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, e como consequência da evolução da operação, os mesmos verificaram a tendência de crescimento expectável, posicionando-se em 31 de dezembro de 2018 em 322 elementos. No final de 2018, a Porto Ambiente, tem o seu quadro de pessoal praticamente preenchido, pelo que o esforço de contratação se encontra, agora, limitado a alguns elementos para a operação e para áreas de suporte à gestão do negócio.

#### 16.3.1 Número de colaboradores por categoria profissional

#	Categoria profissional	(número de colaboradores)	
		2018	2017
1	Administrador executivo	2	2
2	Coordenador de Compras e Aprovisionamento	1	1
3	Diretor de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade	1	1
4	Técnicos superiores na área do ambiente	6	4
5	Técnicos superiores na área dos Recursos Humanos	1	1
6	Assessor Jurídico da Administração	1	1
7	Secretária do Conselho de Administração	1	1
8	Técnico Superior de Informática	1	1
9	Diretor de Operações	1	
10	Coordenador Financeiro	1	
11	Técnica Superior de Saúde e Segurança no Trabalho	2	
12	Técnica Segurança no Trabalho	1	
13	Administrativa	9	
14	Encarregado Operacional	18	7
15	Motoristas	73	10
16	Cantoneiros	188	23
17	Mecânico	1	
18	Fiel de armazém	1	
19	Coordenador da Fiscalização e Gestão da Limpeza do Espaço Público	1	
20	Fiscais	12	
	<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>52</b>

*Handwritten signature and mark*

*Handwritten signature and mark*

*[Handwritten mark]*  
 4

### 16.3.2 Número médio de colaboradores e encargo médio por colaborador

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	2018	2017
Número de trabalhadores no final do período	322	52
Número médio de trabalhadores ao longo do período	208	10
Gastos com o pessoal	4 257 804,54	347 727,89
Gasto médio, mensal, por colaborador	1 461,57	2 403,65

### 16.3.3 Gastos com o pessoal

valores expressos em euros

Gastos com pessoal	2018			2017
	Gastos do período	Proporção face ao total dos gastos	Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos do período
Remunerações do pessoal	3 344 466,91	78,55%	1103,78%	277 830,78
Encargos sobre remunerações	705 303,23	16,56%	954,72%	66 871,04
Seguros acid. trab. e doenças prof.	86 944,46	2,04%	7287,27%	1 176,95
Outros custos com o pessoal	121 089,94	2,84%	6448,52%	1 849,12
Totais	4 257 804,54	100,00%	1124,46%	347 727,89

### 16.4 Estado e outros entes públicos

valores expressos em euros

Estado e Outros entes públicos	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Total Ativo	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	(56 148,61)	(32 491,59)
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	(30 477,00)	(9 629,00)
Contribuições para a segurança social (SS)	(53 704,22)	(7 841,84)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(13 217,66)	-
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	(55 701,72)	(15 131,10)
Fundo de compensação (FCT/FGCT)	(1 164,14)	-
Total Passivo	(210 413,35)	(65 093,53)

### 16.5 Aplicação de resultados

O exercício de 2018 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 195 255,13 Euro (cento e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e treze cêntimos), tendo a Administração proposto que o mesmo fosse aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 9 762,76 Euro (nove mil, setecentos e sessenta e dois euros e setenta seis cêntimos);

*[Handwritten signature]*  
 Anacleto

- Resultados transitados, no montante de 185 492,37 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois euros e trinta e sete cêntimos);

## 16.6 Responsabilidades por Garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2018, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data, nem tido verificado ao longo do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

*valores expressos em euros*

Garantias prestadas a favor da Empresa como garantia do cumprimento contratual	31.12.2018	
	Tipo de garantia	Valor da garantia
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A.	Seguro crédito	7 250,86
Tetracontour, S.A.	Depósito caução	1 890,00
Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	Garantia Bancária	10 369,34
Recolte/Ecoambiente, Porto	Garantia Bancária	974 431,00
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente SA	Seguro crédito	132 600,22
SGALD AUTOMOTIVE, SA	Garantia Bancária	9 635,28
<b>Totais</b>	-	<b>1 136 176,69</b>

## 16.7 Diferimentos

*valores expressos em euros*

Diferimentos	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativo</b>		
Licenças e suporte informático	24 022,41	-
Seguros	13 466,34	13 909,40
Renda e condomínio	2 492,00	-
Total Ativo	39 980,75	13 909,40
<b>Passivo</b>		
Contratos Programa	(1 112 090,52)	-
Total Passivo	(1 112 090,52)	-

Porto, 30 de janeiro de 2019

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração



Artur Jorge Silva de Sousa Basto



Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção



Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018]

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6 703 039 euro e um total de capital próprio de 897 099 euro, incluindo um resultado líquido de 195 255 euro), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 8 de Fevereiro de 2019



---

MAZARS & Associados, SROC, S.A.  
representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta (ROC N.º 1023)

# RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018]

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício de **2018**, a atividade da **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano emitimos os respetivos pareceres relativos (i) ao Contrato de Limpeza Urbana de 2019 a 2021, (ii) ao Contrato de Gestão de Resíduos Urbanos de 2019 a 2021 e (iii) Instrumentos de gestão previsional (IGP). Após o encerramento do ano apreciamos os documentos de prestação de contas.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
- 2º. Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 8 de Fevereiro de 2019

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & ASSOCIADOS, SROC  
representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta (ROC n.º 1 023)

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (*forward looking statements*), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da **PORTOAMBIENTE**, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (*forward looking statements*) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "pretende", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.

4



Aneli